

# **BICO DO PAPAGAIO: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1930- 1990)**

*Bico do Papagaio: territorio y desarrollo regional (1930-1990)*

*Bico do Papagaio: territory and regional development (1930-  
1990)*

DOI: 10.48075/igepec.v27i2. 30861

Gilcifran Andrade Miranda  
Moacir José dos Santos  
Monica Franchi Carniello

## BICO DO PAPAGAIO: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1930-1990)

*Bico do Papagaio: territorio y desarrollo regional (1930-1990)*

*Bico do Papagaio: territory and regional development (1930-1990)*

Gilcifran Andrade Miranda  
Moacir José dos Santos  
Monica Franchi Carniello

**Resumo:** O objetivo deste artigo é compreender como o processo histórico de ocupação do território da microrregião Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, entre 1930 e 1990, delineou o seu desenvolvimento. Para alcançá-lo, foram analisados os indicadores econômicos e sociais dos municípios que compõem a microrregião, bem como a identificação e análise dos planos de desenvolvimento federais e estaduais que incidiram sobre a região. Os resultados demonstram que o processo de ocupação do território baseou-se na concentração fundiária e no modelo produtivo da pecuária bovina de corte, fatores determinantes para explicar as assimetrias sociais e econômicas presentes na microrregião. Todos os municípios apresentaram IDH abaixo da média nacional, além de baixo PIB per capita, o que impacta na qualidade de vida da população. Conclui-se que a microrregião apresenta limitações quanto ao desenvolvimento em decorrência da efetivação de um modelo econômico e social produtor e reprodutor de assimetrias sociais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional. Território. Processo de ocupação.

**Abstract:** The objective of this article is to understand how the historical process of occupation of the territory of the Bico do Papagaio microregion, in the State of Tocantins, between 1930 and 1990, outlined its development. To achieve this, the economic and social indicators of the municipalities that make up the micro-region were analyzed, as well as the identification and analysis of the federal and state development plans that affected the region. The results demonstrate that the process of occupation of the territory was based on land concentration and on the productive model of beef cattle raising, determining factors to explain the social and economic asymmetries present in the micro-region. All municipalities had HDI below the national average, in addition to low GDP per capita, which impacts on the quality of life of the population. It is concluded that the micro-region has limitations in terms of development due to the implementation of an economic and social model that produces and reproduces social asymmetries.

**Keywords:** Regional development. Territory. Occupation Process.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es comprender cómo el proceso histórico de ocupación del territorio de la microrregión de Bico do Papagaio, en el Estado de Tocantins, entre 1930 y 1990, trazó su desarrollo. Para lograrlo, se analizaron los indicadores económicos y sociales de los municipios que conforman la microrregión, así como la identificación y análisis de los planes de desarrollo federal y estatal que incidieron en la región. Los resultados demuestran que el proceso de ocupación del territorio se basó en la concentración de la tierra y en el modelo productivo de la ganadería de carne, factores determinantes para explicar las asimetrías sociales y económicas presentes en la microrregión. Todos los municipios tenían IDH por debajo del promedio nacional, además de bajo PIB per cápita, lo que impacta en la calidad de vida de la población. Se concluye que la microrregión tiene limitaciones en términos de desarrollo debido a la implementación de un modelo económico y social que produce y reproduce asimetrías sociales.

Palabras clave: Desarrollo regional. Territorio. Proceso de ocupación.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um território demanda uma abordagem multidimensional, visto que as bases constitutivas de um território se ancoram em três categorias: natureza, sociedade e cultura (DALLABRIDA, 2022).

O processo sócio-histórico de ocupação de um território, bem como “toda estrutura, temporal e historicamente construída, assume uma forma, neste caso, representada pelo patrimônio territorial” (DALLABRIDA, 2022, p. 11). Entende-se por patrimônio territorial como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que são resultantes de processos históricos em um determinado território, de construção e reconstrução socioeconômica e cultural relacionados com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (DALLABRIDA, 2022).

Portanto, pode-se afirmar que o desenvolvimento de um território está diretamente ligado a seu processo histórico de ocupação. A sua constituição ao longo do tempo e do espaço, bem como o modo os vários atores interagem, explicam a formação do tecido social do território. Também as características naturais, como o clima, a vegetação, o tipo de solo e a pluviosidade contribuem para delinear o modelo de desenvolvimento adotado para um determinado espaço geográfico. Para Cunha (2007), o território é um elemento fundamental para a ocorrência do desenvolvimento. Segundo o autor, o território aproxima os atores envolvidos nesse processo, facilitando a difusão de ideias, métodos e ações inovadoras. A proximidade territorial possibilita a formação de culturas produtivas e o compartilhamento de ideias e de tecnologias que fortalecem a qualidade de vida da população envolvida.

Raffestin (1993) define o território como um espaço no qual “se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). O território é marcado por várias lutas em relação à territorialização do poder, sejam políticas, econômicas ou sociais. E esse embate, teia de interações históricas, é fundamental para se entender o estágio contemporâneo de desenvolvimento de uma região. O estudo desse processo histórico possibilita a compreensão sobre a formação do tecido social e da rede de interações presentes no território. Pode-se afirmar que “rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p.157).

O conhecimento histórico e social permite a compreensão do modelo de desenvolvimento adotado no território, pois revela as atividades econômicas predominantes e os tipos de relações sociais, políticas e de trabalho que prevalecem na microrregião. A microrregião do Bico do Papagaio, foco deste artigo, está localizada no extremo norte do Estado do Tocantins. Assim como outros territórios brasileiros, o Bico do Papagaio apresenta violentos conflitos agrários na sua trajetória de constituição. Para Rocha (2011) a ocupação da região do Bico do Papagaio se deu de duas maneiras. A primeira, iniciada em meados dos anos 1930, por nordestinos, especialmente maranhenses, em busca de melhores condições naturais para praticar a agricultura de subsistência. A segunda, na década de 1960, ocorreu a partir da intervenção do governo da Ditadura Militar (1964-1985), por meio da abertura das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. As rodovias permitiram a chegada de imigrantes do Centro-Oeste e Sudeste do país, que se dedicaram à expansão da fronteira pecuária e à especulação imobiliária (ROCHA, 2011). O choque entre o modelo de ocupação da terra pelos agricultores de subsistência e os pecuaristas gerou embates fundiários entre as décadas de 1970 e 1980. No processo

capitalista de estabelecimento de fronteira, os pequenos agricultores que ocuparam a microrregião, antes da construção das rodovias, foram expulsos pelo capital empresarial, por meio de violência direta ou decorrente da dinâmica econômica (ROCHA, 2011).

O estudo desse processo histórico esclarece sobre a formação do tecido social e da rede de interações e comunicações do território. O debate sobre o desenvolvimento de um território leva em consideração sua forma de ocupação, sua composição social, a utilização dos recursos naturais e as atividades econômicas desenvolvidas.

O conhecimento histórico e social permite a compreensão do modelo de desenvolvimento adotado no território, revelando as atividades econômicas predominantes e os tipos de relações sociais, políticas e de trabalho que prevalecem na microrregião. Para alcançar o objetivo do artigo em tela, compreender como o processo histórico de ocupação do território da microrregião Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, entre 1930 e 1990, delineou o seu desenvolvimento, o presente trabalho está dividido em 5 seções. Além desta introdução, a segunda seção apresenta os fundamentos conceituais da investigação, articulados a terceira seção que caracteriza o método de investigação. A quarta seção debate os resultados, enquanto a última seção apresenta as considerações finais.

## **2 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITÓRIO**

A investigação do desenvolvimento regional demanda a adoção de parâmetros concernentes ao debate acerca das diferenças entre as regiões brasileiras e intrarregionais. Essa postura é necessária para a compreensão da constituição da microrregião do Bico do Papagaio, cujo território é estruturado em suas dimensões mediante o conjunto das forças produtivas que o ocupam. Para Dallabrida (2012) o território extrapola a dimensão geográfica para adquirir nuances sociais, históricas e sociológicas. O território é uma construção instituída a partir do espaço. Contudo, vai além, porque envolve as redes, os fluxos e as transformações sociais (RAFFESTIN, 1993). Assim, a compreensão do território da microrregião do Bico do Papagaio exige o conhecimento de que redes e fluxos de pessoas e instituições interagiram historicamente na microrregião. Para Dallabrida (2006), território diz respeito a uma fração de espaço construída historicamente por atores sociais, econômicos e institucionais, entre os quais permeiam as relações de poder ancoradas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas.

Além do elemento estatal, das relações e dos fluxos sociais, o território é construído pelas interações econômicas que se formam ao longo do tempo. Relações de produção, dinâmicas trabalhistas e de poder conformam o território. O território pode ser entendido como o recorte geográfico, acrescido de outros elementos, como meio ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições que se relacionam, de modo que “é possível distinguir elementos de identidade e coesão social, cultural e territorial” (FAVARETO, 2010, p. 07).

As interações dos atores envolvidos na ocupação do território criam uma formação social própria do local ou da região e uma população identificada com o território onde vive. Para Abdal (2020), o conceito de espaço foi ampliado, ao superar a perspectiva simplista que o associava a um receptor de processos sociais,

econômicos e políticos para ser compreendido como um condicionante desses processos, em uma relação bilateral na qual incentiva e constrange as ações sociais, bem como é moldado por elas.

Os conceitos e percepções indicados constituem parâmetro para a compreensão da dinâmica territorial presente na microrregião do Bico do Papagaio. Localizada no extremo norte do Tocantins, essa região tem na criação extensiva de gado a atividade econômica predominante. Contudo, esse modelo de pecuária de produção utiliza escassa mão de obra e pode degradar o meio ambiente, afetando o desenvolvimento regional (ROCHA, 2011).

Para Saquet (2011), o território é moldado pelas forças de produção, de forma que cabe ao poder político mediar a conflitualidade que possa decorrer da sua ocupação. Para o autor, o território “é construído socialmente e, ao mesmo tempo, é condição para a valorização do capital, mediando a extração de mais-valia, numa compreensão eminentemente relacional do território” (SAQUET, 2011, p. 08). O aspecto histórico da dinâmica econômica de ocupação é um dos elementos que explicam o desenvolvimento. Compreender o desenvolvimento da microrregião do Bico do Papagaio exige, necessariamente, o conhecimento do processo histórico de exploração econômica do seu território. O entendimento do desenvolvimento corresponde “a leitura-interpretação territorial dos processos de uso, apropriação e construção do espaço e do território, considerando as múltiplas relações sociedade-natureza e espaciotemporais” (SAQUET, 2012, p. 11).

A utilização do território e o modo de ocupação e de exploração dos recursos naturais indica que modelo de desenvolvimento foi implantado em dado espaço e em certo período histórico. Souza (1995) entende o território como um local de que a sociedade se apropria para extrair recursos e condições para se desenvolver. Pesquisar um território significa entender que tipo de relações sociais, econômicas e políticas se entrelaçaram ao longo da sua história, para se chegar ao contexto que explica o grau de desenvolvimento de sua população (SAQUET, 2019). O estudo do território permite a criação de políticas públicas que possibilitem a “exploração ou criação de um potencial territorial indutor do desenvolvimento” (CUNHA, 2007, p. 05). Saquet (2011) entende que territorialidade implica considerar as processualidades histórica e relacional que incidem no processo de formação e cada território, considerando os movimentos de territorialização e desterritorialização, o que fundamenta o debate dos planos de desenvolvimento territorial.

A desterritorialização e a reterritorialização possibilitam entender o desenvolvimento territorial, pois, partindo de uma perspectiva histórica e relacional, fortalecem o debate sobre o território, subsidiando o planejamento do desenvolvimento baseado na democracia, na distribuição de renda, na proteção dos recursos naturais e na cooperação. Essa abordagem é necessária para compreensão da microrregião do Bico do Papagaio, que apresenta um histórico de conflitos agrários. A desterritorialização reduz a importância do território para a população que o ocupa, desvalorizando suas características culturais e a consciência dos ativos territoriais que lhe são próprios.

Segundo Haesbaert (1999), a desterritorialização cria situações de diminuição ou supressão de controle e segurança, material e simbólica de grupos sociais, o que impacta sobre a identidade com o território.

O debate sobre a territorialização é de fundamental importância para o estudo do desenvolvimento de qualquer território, porque revela o quanto a população de determinado local se reconhece com uma raiz social comum e como ocupante de um mesmo espaço. Na microrregião do Bico do Papagaio não é diferente. Os históricos de

conflitos agrários colocaram em lados opostos grupos sociais importantes, notadamente os pequenos agricultores de subsistência e os latifundiários.

A territorialização pressupõe a criação de um laço que direcione as forças sociais, econômicas e institucionais para um mesmo fim positivo, formando uma cultura própria e fortalecendo vínculos. A reterritorialização, por seu turno, pode ser entendida como o processo de reestruturação dos laços de identidade de um povo, a partir de uma perspectiva territorial (FUINI *et al.*, 2014).

Para Haesbaert (2006), a territorialização, no campo político e econômico, representa o espaço apropriado pelos poderes institucionalizados, ou pelo poder estatal, servindo como fonte de poder econômico ou associado à luta de classes.

Com base na concepção de que o território é unidade basilar dos processos de desenvolvimento, o desenvolvimento territorial pode ser compreendido com uma mudança contínua do território, integrada às diversas dimensões (locais, regionais, nacionais e internacionais), ancorada nos recursos materiais e imateriais existentes localmente ativados com vistas à obtenção de resultados econômicos e de melhoria de qualidade de vida (DALLABRIDA, 2015).

É nesse contexto que se pretende entender o desenvolvimento da microrregião do Bico do Papagaio, debatendo também seu processo de territorialização e desterritorialização. Para tanto, o estudo relaciona as interações que ocorreram ao longo do tempo na formação do território com os indicadores de desenvolvimento dos municípios que compõem a microrregião.

### 3 - MÉTODO

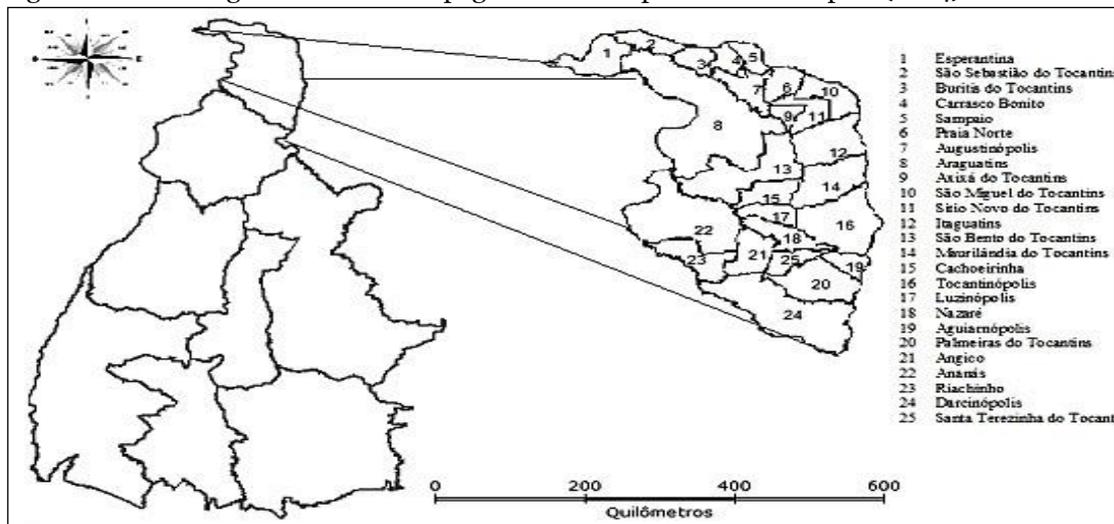
A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando-se como técnicas de coleta de dados bibliográfica e documental. Adotou-se a perspectiva histórica como recurso analítico. Segundo Santos e Carniello (2014), é de fundamental importância entender os motivos que levam ao desenvolvimento sob a ótica histórica. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas bases de dados de acesso público para fins de investigação da evolução dos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento dos municípios da microrregião.

O Estado do Tocantins foi criado com a promulgação da Constituição de 1988, por meio do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias nº 13. É o Estado mais novo da federação e foi desmembrado do Estado do Goiás (BRASIL, 2010). O Estado do Tocantins ocupa 3,37% do território nacional e faz fronteira com os Estados de Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. É composto por 139 municípios, organizados em 18 Regiões Administrativas, e tem como capital o município de Palmas, que possui localização geográfica central, próxima ao centro geodésico do país, e configurando como um elo geográfico entre as regiões nordeste-norte e centro-oeste (CLEMENTINO; MONTE-MÓR, 2016, p.8). A pesquisa foi realizada na região do Bico do Papagaio, que se encontra no extremo norte do Estado do Tocantins. O território tem esse nome em vista da formação geográfica da região, delimitada pelos Rios Tocantins (a leste) e Araguaia (a oeste), conforme a Figura 1.

#### 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 2 mostra que a população da região da AMARP está concentrada principalmente em três municípios: Caçador, Videira e Fraiburgo, os quais concentram aproximadamente 73% da população da região. Caçador é o município mais populoso, com 76.571 habitantes em 2016, e Macieira o menor, com 1.807 residentes (IBGE, 2016). Pela Figura, percebe-se que 11 municípios, ou seja, 73,3% do total detêm população inferior a 10.000 habitantes, com 45,3% vivendo na área rural. Apenas os municípios de Caçador e Videira apresentam taxa de urbanização acima de 90% (IBGE, 2010).

Figura 1 - Microrregião do Bico do Papagaio e seus respectivos municípios (2014)



Fonte: Oliveira; Crestani; Strassburg (2014).

A microrregião possui 15.993,20 km<sup>2</sup> de área e corresponde a 5,74% do território do Estado do Tocantins. Tem população de 241.264 habitantes (IBGE, 2020) e abrange 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis (SOARES, 2009).

No Bico do Papagaio encontra-se um rico ecossistema, especialmente fluvial, que se apresenta como uma faixa de transição entre a mata amazônica e o cerrado. A paisagem é preenchida por imensos babaçuais (CLEMENTINO; MONTE-MÓR, 2016). A escolha do espaço da pesquisa se deu em virtude de a microrregião do Bico do Papagaio, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, ter sido palco de intensos conflitos pela posse de terras, cujas consequências ainda podem ser sentidas (MIRANDA; SANTOS, 2014). Essas disputas decorrem de interesses contrapostos, o dos pequenos agricultores de subsistência e o dos grandes latifundiários pecuaristas, como explicam Clementino e Monte-Mór (2016) ao afirmarem que os confrontos por controle de terras entre fazendeiros e pequenos posseiros ocasionaram muitos conflitos nas décadas de 1970, 1980 e 1990, tornando a região em um dos principais pontos de tensão em torno da questão agrária no Brasil.

O território pertencia a Goiás e ficava muito distante da capital e centro administrativo, Goiânia, o que contribuiu para o alcance limitado da administração estadual na região (MIRANDA; SANTOS, 2014). Na tentativa de fortalecer a presença estatal na região, decidiu-se, na Constituição de 1988, dividir o território do Estado do Goiás, desmembrando-o no que se tornou o Estado mais novo do país, o Tocantins. A ocupação do território no Bico do Papagaio gerou conflitos sociais e econômicos. Essa dinâmica territorial e de disputa pela terra moldou o modo de vida local e as diretrizes do seu desenvolvimento.

#### **4 - O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO**

No governo de Getúlio Vargas, em 1938, com a criação do *slogan* “Marcha para o Oeste”, institucionalizou-se a propaganda política da necessidade de interiorização do país. Entendia-se como fundamental para o desenvolvimento do Brasil a ocupação do interior. A integração do território permaneceu como um dos eixos da política nacional nas décadas seguintes, o que possibilitou a realização de obras como a construção da Rodovia Belém-Brasília, que cortou o cerrado brasileiro em direção à capital do Pará, Belém (SOUSA; PACHECO, 2013).

Além da questão desenvolvimentista, a integração do país estava associada a outra preocupação. Havia um vazio demográfico na região e sua ocupação era uma questão de segurança nacional, elevada ao cerne das políticas de Estado durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). A rodovia Belém-Brasília desempenhou importante papel na aceleração dos fluxos migratórios em direção ao norte do país, inclusive para o então norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins (SOUSA; PACHECO, 2013).

A ocupação da microrregião se deu por meio da abertura de caminhos nas margens do Rio Tocantins pelos nordestinos que, aos poucos, foram criando os chamados “centros”. As atividades econômicas eram a criação extensiva de gado, o cultivo de roças e o extrativismo do babaçu (ROCHA, 2011). O Bico do Papagaio era relativamente isolado do restante do país, o que limitava o fluxo migratório. O reduzido número de imigrantes se instalava nas margens dos rios, vivendo da agricultura de subsistência (BRETON, 1997). Para os primeiros camponeses que chegaram ao Bico do Papagaio, o acesso à terra não foi problema, até a década de 1960. Após a decisão política da Ditadura Militar de ocupar o espaço amazônico e proporcionar condições para o deslocamento populacional para a microrregião, teve início a explosão de conflitos agrários (BRETON, 1997). No entendimento do governo militar, essa era uma questão de soberania, segurança e desenvolvimento ao mesmo tempo.

Os conflitos agrários estão associados as duas formas antagônicas de ocupação do território e do uso da natureza. Acrescente-se a isso o conjunto de incentivos estatais ao fomento da pecuária extensiva, bem como a ausência de políticas públicas de regularização fundiária (SOARES, 2009). Descrevendo como o primeiro migrante trata sua relação com a terra, Breton (1997) explica que “no início, ninguém se importava em registrar sua terra. A terra era vista como um dom de Deus, algo para ser usado, não para ser possuído. Tudo mudou em 1960, quando o Governo Federal construiu a primeira estrada” (BRETON, 1997, p. 34).

A migração em virtude da construção de rodovias trouxe pessoas de outras regiões, que sabiam que a terra deveria ser cercada e que a propriedade dependia de “escritura”. Os novos proprietários cercaram suas propriedades e proibiram o acesso

aos babaquais. Para comprovar sua propriedade, apresentavam escrituras de origem duvidosa. Expulsaram as famílias ali residentes, muitas vezes por meio de ameaças feitas por pistoleiros de aluguel, outras por ordem judicial. Povoados deixaram de existir, porque os nativos foram expulsos sem qualquer direito de defesa (BRETON, 1997). A deficiência da estrutura fundiária, a ausência de regularização jurídica da propriedade rural, ou seja, de esclarecimento jurídico sobre quem eram os proprietários da terra, juntamente com a própria fertilidade do solo biquense, explicam em parte os conflitos agrários no Bico do Papagaio (OLIVEIRA; CRESTANI; STRASSBURG, 2014).

Com a abertura das Rodovias Transamazônica e Transbrasiliana, o Bico do Papagaio foi ocupado por migrantes do Centro-Sul. Além da violência direta, o próprio modelo econômico expulsou os pequenos agricultores de suas terras e os deslocou para as periferias das cidades. As políticas públicas aplicadas pela Ditadura Civil Militar na região visavam criar um ambiente propício para a implementação da pecuária extensiva. Quando o governo federal incentivou a pecuária extensiva como modelo de desenvolvimento econômico, estava ciente da necessidade de utilização de grandes extensões de terras. Essa é uma condição para a viabilidade econômica da pecuária extensiva, que utiliza pouca tecnologia, e sua consequência social é a limitação da participação dos pequenos produtores na distribuição das terras. Esse modelo econômico atendeu aos interesses da classe econômica latifundiária, que foi uma das bases de sustentação social do golpe de 1964. Com o regime militar, rejeitou-se o modelo das reformas de base, entre elas a reforma agrária. A atuação dos militares, portanto, foi condizente com a matriz ideológica adotada na Ditadura Civil Militar.

O latifúndio está associado aos conflitos agrários brasileiros. A concentração de terras, apesar das dimensões continentais do país, cria um passivo de pessoas aptas a trabalhar, mas sem acesso à propriedade rural (OLIVEIRA; CRESTANI; STRASSBURG, 2014). O conflito agrário na região é resultado do confronto de interesses nos recursos naturais do Bico do Papagaio. No caso, a terra é disputada por grupos sociais diferentes. De um lado, os representantes do grande capital, fazendeiros de outras regiões que vieram em busca de grandes extensões de terra e os especuladores. De outro, os posseiros camponeses. Junte-se a esse fato a ineficiência do Estado, especialmente no que tange à regularização fundiária do território.

A análise do processo histórico pertinente ao território da microrregião evidencia que a decisão de ocupar a Amazônia Legal delineou a trajetória do Bico do Papagaio. Como a microrregião é uma das portas de entrada para região amazônica, foram ali construídas duas importantes rodovias, a Transamazônica e a Transbrasiliana. Além das rodovias, o governo militar ofertou crédito barato e isenção fiscal para fortalecer a pecuária extensiva como principal atividade econômica. A abertura da Transbrasiliana propiciou um aumento do fluxo migratório de mineiros, goianos e paulistas que trouxeram uma nova concepção de propriedade rural, contrária à dos primeiros ocupantes. Agora a terra seria entendida como propriedade privada, com a mercantilização da economia da microrregião (AJARÁ, 1991).

Houve uma alteração na estrutura produtiva e fundiária fomentada e induzida pelo Estado, com o objetivo claro de tornar a microrregião uma exportadora de produtos primários. É o estágio capitalista da fronteira, definido por Clementino e Monte-Mór (2016) como uma fase caracterizada por significativo fluxo migratório em decorrência da incorporação da região à economia nacional, o que resultou na

formação de um mercado capitalista de terras, com um mercado de trabalho incipiente.

A aceleração da migração para a microrregião do Bico do Papagaio, favorecida pela abertura de novas rodovias, provoca uma ressignificação da terra, de seu uso e de seu valor. A nova ocupação aumentou a proporção das terras destinadas à pecuária extensiva e reduziu os espaços até então ocupados pela agricultura familiar, reproduzindo dinâmicas presentes em outros territórios da região norte, como Rondônia (MAGRO; SANTOS; GALVÃO JR; GOMES; OLIVEIRA, 2019). Pereira (1996) explica que a Ditadura Militar criou programas específicos para fomentar o desenvolvimento regional do então extremo norte goiano. São exemplos a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Poloamazônia e o Polocentro. Esses projetos concediam incentivos fiscais, como forma de fortalecer polos agropecuários, como explica Martins (1986, p.19):

[...] a política de incentivos fiscais que constituiu basicamente em conceder isenção de 50% (cinquenta por cento) no imposto de renda das grandes empresas estabelecidas em outras regiões, particularmente no sul-sudeste, desde que tais recursos fossem investidos na região Amazônica, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento de capital subsidiado das novas empresas e 25% (vinte e cinco por cento) de capital próprio.

Esses incentivos fiscais constituíam uma parte importante dos investimentos do Governo Federal na microrregião. Os grandes latifundiários recebiam empréstimos com juros subsidiados, condição econômica mais favorável do que a ofertada no mercado de capitais. As políticas públicas afetam diretamente o sistema produtivo. Segundo Teixeira (2002), a atuação estatal é influenciada pelas forças de poder econômico e social, numa clara disputa de poder, de modo que há uma tendência de que a classe dominante direcione os recursos arrecadados pelo Estado para setores do seu interesse.

Nas últimas décadas, o Tocantins também capilarizou a malha rodoviária estadual, trabalhando para mantê-la em boas condições de tráfego. Além disso, tem apoiado a implantação de grandes projetos privados, como o EcoPorto de Praia Norte. A maioria desses projetos busca melhorar a infraestrutura do Bico do Papagaio, facilitando o escoamento da produção agropecuária *in natura*. Apesar da preocupação com a infraestrutura, houve falta de eficiência por parte das políticas públicas implementadas na região em relação à modernização da produção no campo, ao beneficiamento agroindustrial e ao fortalecimento da agricultura familiar. A deficiência tecnológica, tanto na produção quanto no beneficiamento dos produtos agropecuários, reduz o potencial de produção e de distribuição de riquezas do agronegócio. Afirma Pereira (1996, p.46) que a pecuária leva a um modelo de exploração extensiva, com necessidade de pouca mão de obra, e com exportação do produto sem beneficiamento, de baixo valor agregado.

A realidade do agronegócio tocantinense permanece em condições muito semelhantes ao descrito por Pereira (1996). O Estado do Tocantins, ao longo da sua história implementou políticas públicas que fortaleceram o latifúndio e a concentração de terras. No entender de Harvey (2005), o Estado serve ao modo capitalista de produção, ao poder econômico dominante. Incorpora-se no campo das representações políticas e sociais o discurso acerca da igualdade e liberdade de oportunidades e de se empreender, possibilitadas com o modo de produção vigente.

Entretanto, as relações sociais e econômicas são mais complexas e resultam do acesso desigual aos recursos econômicos e sociais.

No capitalismo, os indivíduos são tratados como iguais numa realidade econômica e social desigual. No que concerne ao acesso à terra, um dos mais importantes ativos territoriais do Bico do Papagaio, os agricultores de subsistência e os pequenos produtores rurais receberam atenção reduzida em comparação as atividades associadas à concentração fundiária. Desse modo, as políticas de desenvolvimento aplicadas na microrregião, definiram as características presentes no território, o que corresponde ao papel das políticas públicas conforme ponderado por Vieira e Santos (2013). Essa abordagem permanece, pois segundo Almeida e Silva (2007), a Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRO) tem atuado para atrair novos investidores e, desse modo, fortalecer o agronegócio do estado.

No contexto do crescimento do agronegócio no Brasil, Fornaro (2012) aponta o Estado do Tocantins como produtor de *commodities* agrícolas por sua localização e por seu território, considerados competitivos para a produção agrícola de exportação. O estado Tocantins faz parte da área conhecida como MATOPIBA, uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980. As áreas de cerrado desses Estados têm sediado a expansão agrícola, notadamente a da soja, e vêm recebendo atenção institucional. A região produz de tubérculos a frutas, passando pela pecuária, mas se destaca mesmo no cultivo de grãos e fibras, especialmente soja, milho e algodão (BRANDÃO; CASTRO; NETO, 2017).

O MATOPIBA “corresponde a uma vasta porção do cerrado brasileiro e a uma parte da Amazônia Legal que envolve todo o Estado do Tocantins, o oeste baiano e o sul do Maranhão e do Piauí” (FAVARETO *et al.*, 2019, p. 21). O MATOPIBA abrange uma nova fronteira agrícola que alcança o cerrado brasileiro e também uma parte da Amazônia Legal. Verifica-se que há produção de riqueza e utilização de alta tecnologia no sistema agrícola instalado no MATOPIBA; entretanto, a maioria da população da região está excluída desse processo, uma vez que não consegue participar do modelo produtivo adotado.

Entre as atividades relacionadas ao agronegócio no Tocantins, destaca-se a pecuária. O rebanho bovino do Estado do Tocantins em 2018 era de 8.352.513 cabeças, com o Estado ocupando o 3º lugar na Região Norte e o 11º no Brasil. Entre o início da série histórica e 2018, o número de cabeças de gado cresceu 43,68% no Estado (SEFAZ, 2019).

Os dados demonstram que o estado do Tocantins tem fortalecido as políticas públicas para fomentação da pecuária como atividade estratégica para o desenvolvimento para o estado. Porém, há dúvidas sobre se o crescimento econômico trazido pelo agronegócio contribui para com o desenvolvimento. Para Canuto (2004), no agronegócio se expressa a modernização do campo pelo uso de tecnologia, o que permite aumento de produtividade, safras melhores e crescimento das receitas, o que é associado com desenvolvimento. No entanto, trata-se apenas de uma modernização conservadora, sem qualquer alteração mais significativa na estrutura agrária e nas relações de trabalho rural. Ao invés, pois precariza as relações de trabalho e aumenta a concentração de terra e renda.

Fernandes (2004) afirma que o termo agronegócio é uma nova construção ideológica que visa mudar a imagem da agropecuária no Brasil, superando a visão de grandes propriedades improdutivas. Substitui o termo latifúndio, que é associado a trabalho escravo, exploração de mão de obra, concentração de renda e terra,

coronelismo e subdesenvolvimento. Nesse sentido, a imagem que se quer transmitir com a palavra agronegócio é a de renovação da agricultura capitalista. Com essa mudança de perspectiva, houve o aperfeiçoamento do processo produtivo, mas o agronegócio continua sendo um sistema altamente concentrador e excludente, incapaz de promover desenvolvimento (FERNANDES, 2004).

Para relacionar o processo de formação do território do Bico do Papagaio com o desenvolvimento da microrregião, foi traçado o perfil socioeconômico dos 25 municípios que compõem a microrregião do Bico do Papagaio. Segundo o IBGE (2018), observa-se que apenas dois municípios do Bico do Papagaio possuem mais de 10% da população formalmente ocupada. Na grande maioria dos municípios (92%), a ocupação laboral não chega a 10% da população. A falta de emprego e o próprio subemprego, seja o informal ou o mal remunerado, fragilizam o tecido social, porque parte da população não consegue manter condições mínimas de sobrevivência. Fere-se, portanto, o princípio da solidariedade social, dando causa a outros problemas sociais, como a falta de segurança.

Tabela 1 - Evolução do IDHM entre 1991 e 2010 na microrregião do Bico do Papagaio/TO.

TERRITORIALIDADES	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	NÍVEL DO IDHM EM 2010
Brasil	0,493	0,612	0,727	Alto
Aguiarnópolis (TO)	0,295	0,466	0,657	Médio
Ananás (TO)	0,295	0,496	0,671	Médio
Angico (TO)	0,235	0,485	0,648	Médio
Araguatins (TO)	0,301	0,432	0,631	Médio
Augustinópolis (TO)	0,297	0,462	0,67	Médio
Axixá do Tocantins (TO)	0,261	0,432	0,627	Médio
Buriti do Tocantins (TO)	0,269	0,462	0,627	Médio
Cachoeirinha (TO)	0,314	0,443	0,627	Médio
Carrasco Bonito (TO)	0,152	0,407	0,594	Baixo
Darcinópolis (TO)	0,208	0,41	0,581	Baixo
Esperantina (TO)	0,189	0,357	0,57	Baixo
Itaguatins (TO)	0,258	0,378	0,616	Médio
Luzinópolis (TO)	0,28	0,454	0,639	Médio
Maurilândia do Tocantins (TO)	0,195	0,383	0,58	Baixo
Nazaré (TO)	0,295	0,482	0,643	Médio
Palmeiras do Tocantins	0,169	0,435	0,628	Médio
Praia Norte (TO)	0,252	0,374	0,583	Baixo
Riachinho (TO)	0,157	0,361	0,572	Baixo
Sampaio (TO)	0,205	0,457	0,606	Médio
Santa Tereza do Tocantins (TO)	0,333	0,479	0,662	Médio
São Bento do Tocantins (TO)	0,208	0,411	0,605	Médio
São Miguel do Tocantins (TO)	0,24	0,42	0,623	Médio
São Sebastião do Tocantins (TO)	0,249	0,439	0,573	Baixo
Sítio Novo do Tocantins (TO)	0,302	0,457	0,604	Médio
Tocantinópolis (TO)	0,387	0,542	0,681	Médio

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2020.

Analisando-se os índices do IDHM dos municípios que compõem o Bico do Papagaio, verifica-se que todos apresentam IDH menor que a média nacional. Nesse sentido, 28% dos municípios da microrregião têm IDHM considerado baixo e nenhum apresenta IDH alto ou muito alto. Os números apresentados permitem inferir que a população do Bico do Papagaio apresenta índices de desenvolvimento humano abaixo da média nacional, com quase um terço dos municípios apresentando IDH baixo. A Tabela 1 aponta que houve evolução do IDHM em todos os municípios estudados. Contudo, apesar da melhora nesse indicador, o Bico do Papagaio ainda é marcado pelo baixo nível de desenvolvimento. Aplicando a metodologia escolhida, se recorreu aos indicadores disponibilizados pela FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Foi possível constatar que, no aspecto de emprego e renda, o índice FIRJAN demonstra que a maioria dos municípios do Bico do Papagaio apresenta nível baixo (48%) e regular (44%) de desenvolvimento. Apenas dois municípios têm índice moderado e nenhum alcança o nível alto.

Tabela 2 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - Emprego e Renda (2014 - 2016).

<b>Localidade</b>	<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
Aguiarnópolis	0,5727	R	0,6430	M	0,6170	M
Ananás	0,5656	R	0,4207	R	0,4945	R
Angico	0,5143	R	0,5431	R	0,4626	R
Araguatins	0,4143	R	0,3777	B	0,3677	B
Augustinópolis	0,4286	R	0,3033	B	0,4384	R
Axixá do Tocantins	0,4575	R	0,4225	R	0,4670	R
Buriti do Tocantins	0,4846	R	0,2891	B	0,3179	B
Cachoeirinha	0,4317	R	0,3289	B	0,2748	B
Carrasco Bonito	0,2618	B	0,2676	B	0,4179	R
Darcinópolis	0,6376	M	0,4122	R	0,5461	R
Esperantina	0,4954	R	0,2865	B	0,2855	B
Itaguatins	0,3685	B	0,4283	R	0,4729	R
Luzinópolis	0,1967	B	0,2451	B	0,3204	B
Maurilândia do Tocantins	0,5182	R	0,3210	B	0,4157	R
Nazaré	0,4980	R	0,3139	B	0,3688	B
Palmeiras do Tocantins	0,2804	B	0,2481	B	0,4133	R
Praia Norte	0,4894	R	0,2595	B	0,2359	B
Riachinho	0,3746	B	0,2856	B	0,2822	B
Sampaio	0,2229	B	0,4601	R	0,2224	B
Santa Tereza do Tocantins	0,3405	B	0,3288	B	0,3219	B
São Bento do Tocantins	0,6420	M	0,5895	R	0,4898	R
São Miguel do Tocantins	0,4533	R	0,3789	B	0,3409	B
São Sebastião do Tocantins	0,5177	R	0,3636	B	0,4054	R
Sítio Novo do Tocantins	0,4147	R	0,3446	B	0,3907	B
Tocantinópolis	0,5351	R	0,4984	R	0,4807	R

Legendas para desenvolvimento: A = Alto; M = Moderado; R = Regular; B = Baixo.

Fonte: FIRJAN (2016).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) consolida as informações sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. É o resultado da junção das três áreas de atuação: Emprego e Renda, Educação e Saúde.

Tabela 3 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Consolidado (2014 – 2016).

Localidade	2014		2015		2016	
Aguiarnópolis	0,6780	M	0,7060	M	0,6968	M
Ananás	0,6973	M	0,6508	M	0,6917	M
Angico	0,6375	M	0,6830	M	0,6445	M
Araguatins	0,5912	R	0,5871	R	0,6110	M
Augustinópolis	0,6576	M	0,6151	M	0,6619	M
Axixá do Tocantins	0,6195	M	0,6023	M	0,6183	M
Buriti do Tocantins	0,6324	M	0,5795	R	0,5854	R
Cachoeirinha	0,6300	M	0,6087	M	0,5515	R
Carrasco Bonito	0,5523	R	0,5598	R	0,6028	M
Darcinópolis	0,7022	M	0,5948	R	0,6507	M
Esperantina	0,6115	M	0,5385	R	0,5302	R
Itaguatins	0,5402	R	0,5827	R	0,6152	M
Luzinópolis	0,5352	R	0,5830	R	0,6245	M
Maurilândia do Tocantins	0,6003	M	0,5764	R	0,6328	M
Nazaré	0,6022	M	0,5672	R	0,6414	M
Palmeiras do Tocantins	0,5400	R	0,5385	R	0,6148	M
Praia Norte	0,6309	M	0,5664	R	0,5562	R
Riachinho	0,6217	M	0,5904	R	0,5843	R
Sampaio	0,5458	R	0,6396	M	0,5165	R
Santa Tereza do Tocantins	0,6032	M	0,5943	R	0,5971	R
São Bento do Tocantins	0,6910	M	0,6808	M	0,6519	M
São Miguel do Tocantins	0,5942	R	0,5836	R	0,5749	R
São Sebastião do Tocantins	0,6513	M	0,5991	R	0,6165	M
Sítio Novo do Tocantins	0,6365	M	0,6329	M	0,6352	M
Tocantinópolis	0,6682	M	0,6839	M	0,6723	M

**Legendas para desenvolvimento:** A = Alto; M = Moderado; R = Regular; B = Baixo.

Fonte: FIRJAN (2016).

A análise do índice FIRJAN de desenvolvimento municipal permite caracterizar a microrregião do Bico do Papagaio e os limites do desenvolvimento regional. O primeiro dado relevante é que, no ano de 2016, inexistia na microrregião município com nível de desenvolvimento considerado alto. Constata-se que 96% dos municípios da microrregião estão inseridos entre os 2235 municípios do país com o pior índice. Os dados apontam que 68% dos municípios apresentam nível de desenvolvimento moderado, enquanto 32% estão no nível regular.

A partir dos indicadores apresentados, procurou-se traçar um perfil do desenvolvimento da microrregião do Bico do Papagaio. Foram considerados os seguintes indicadores econômicos: produção agrícola, PIB *per capita*, nível de emprego e renda, IFDH-Emprego e renda; e não econômicos como o IDH. Os dados revelam a presença de expressiva desigualdade social e econômica no território do

Bico do Papagaio. A análise conjunta dos indicadores demonstra que a atividade econômica na microrregião é pequena, e que o PIB *per capita* é quase metade do nacional. A renda dos trabalhadores formais está bem abaixo da média nacional. Na quase totalidade dos municípios, ao menos 40% da população vive com até meio salário mínimo *per capita*. Esse indicador revela a pobreza sistêmica no território. De modo geral, os índices de desenvolvimento humano, como IDH e IDFH, estão abaixo da média nacional. Os indicadores apresentam informações que se complementam de forma coerente e lógica para demonstrar que a maioria da população não tem acesso a condições econômicas e sociais adequadas.

Saquet (2011) compreende que, na sistemática capitalista, o território é moldado pelas forças de produção. Esses índices que retratam o baixo desenvolvimento da microrregião do Bico do Papagaio revelam a ineficiência da pecuária extensiva como modelo predominante de produção e, conseqüentemente, de desenvolvimento. O desenvolvimento deve ser pensado por meio da ressignificação do uso e da apropriação das riquezas do território, levando em conta a relação entre a comunidade e a natureza, o tempo e o espaço (SAQUET, 2012).

O uso dos recursos naturais e o modo de produção influenciam diretamente no desenvolvimento. Na microrregião estudada, o modelo de produção baseado na pecuária extensiva é ineficaz na promoção do desenvolvimento territorial. A pecuária extensiva, apesar de ser uma atividade econômica rentável, beneficia apenas os proprietários rurais e emprega reduzido número de trabalhadores. Além disso, a produção é destinada a outras localidades ou enviada ao exterior *in natura*, ou seja, sem beneficiamento e industrialização, limitando ainda mais o alcance social da atividade. Os recursos naturais no Bico do Papagaio são abundantes, com vários ativos naturais: boa qualidade do solo, excelente oferta de recursos hídricos e rica e variada flora. Apesar de os recursos naturais favoráveis, a atividade econômica é pequena e pouco diversificada, o que limita a circulação de bens e de serviços. Além disso, a iniciativa privada oferece poucas oportunidades no mercado de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi compreender como o processo histórico de ocupação do território da microrregião Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, ocorrido no período entre 1930 e 1990, delineou o seu desenvolvimento. Os resultados indicaram dois momentos históricos distintos quanto à ocupação. No primeiro momento, houve uma ocupação iniciada na década de 1930, por imigrantes que vieram, em sua maioria, do Nordeste brasileiro, especialmente do Maranhão. Sua atividade econômica era basicamente a agricultura de subsistência. Esses pequenos agricultores eram posseiros de terras devolutas. Não ocorreu ação estatal com a regularização da posse e com a sua conversão em propriedade, tampouco os posseiros reivindicaram a documentação da posse da terra.

O segundo momento decorreu da decisão política do regime militar, a partir dos anos 1960, de ocupar a região amazônica. A abertura de duas importantes rodovias federais, a Belém-Brasília e a Transamazônica, intensificou o processo migratório para a microrregião, especialmente de pessoas vindas do Centro-Sul do país, muitas delas em busca de terras para praticar a atividade econômica que viria a dominar a microrregião: a pecuária extensiva. O choque de interesses pela posse da terra gerou um capítulo marcante da história do Bico do Papagaio: os sangrentos conflitos agrários, protagonizados, por um lado, pelos agricultores de subsistência

que ocuparam primeiramente o território, e por outro, pelos novos imigrantes, dedicados à pecuária extensiva e à especulação imobiliária.

Os dados compilados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano (2020) demonstraram baixíssima ocupação formal da população que somada informalidade e precariedade do trabalho resultam em um contingente populacional que sobrevive com uma renda muito reduzida. A concentração de renda ainda é um grave problema social na microrregião. Esse fator está diretamente atrelado à principal atividade econômica desenvolvida na microrregião, a pecuária extensiva, que induz as disparidades sociais. A microrregião permanece caracterizada pelo predomínio da concentração de terras. O beneficiamento dos produtos agrícolas é incipiente, limitando o desenvolvimento regional. A venda dos produtos agrícolas *in natura* reduz o alcance do benefício econômico da produção agropecuária.

Esta pesquisa focou no processo de ocupação do território do Bico do Papagaio e sua relação com o desenvolvimento da região. O limite deste estudo está no uso exclusivo de fontes de dados secundárias. Recomenda-se, para estudos futuros, o enfoque nos projetos de desenvolvimento vigentes no território, o que demandaria, além do uso de fontes documentais, o levantamento de dados primários por meio de pesquisa de campo com atores sociais e representantes de atores institucionais da região, o que permitiria aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais e políticas do Bico do Papagaio.

## REFERÊNCIAS

- ABDAL, Alexandre. Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020.
- ALMEIDA, M. G.; SILVA, A. R. P. da. O agronegócio e o Estado do Tocantins: o atual estágio de consolidação. *Caminhos de Geografia*, v. 8, n. 21, 2007.
- BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2020*. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2020/>Acesso em: 08 nov.2020.
- BRETON, B. L. *Todos sabiam: a morte anunciada de Padre Josimo*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- CANUTO, A.. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista NERA*, n.5, p. 1-12, ago./dez. 2004. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/1466-4279-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.
- CLEMENTINO, A. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. Grandes projetos e seus impactos e significados na Região do Bico do Papagaio -TO. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 14., 2004, Caxambu/MG. Anais [...] Caxambu/MG: ABEP, 2004.
- CUNHA, L. A. G. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. *Emancipação*, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em:

<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/91>. Acesso em: 11 mar. 2020.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.52.12-32. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10533>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i1.6596. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6596>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FAVARETO, A.; NAKAGAWA L., PÓ M., SEIFER P., KLEEB S. *Entre as chapadas e baixões do MATOPIBA: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado*. São Paulo: Greenpeace / Ilustre Editora, 2019.

FERNANDES, B. M. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. 2004. In: *Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 17., Gramado/RS. **Anais** [...] Gramado, 2004.

FIRJAN. *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)*. Ano-base 2016. Recorte Municipal Abrangência Nacional. 2018. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/> Acesso em: 19 nov. 2020.

FORNARO, A. C. Logística e Agronegócio Globalizado no Estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro. 2012. 175 f. 2012. *Dissertação (Mestrado)*-Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286703> Acesso em: 02 jun. 2020.

IBGE. *Cidades*. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 jun. 2023.

MAGRO, T. R. D.; SANTOS, M. J. dos; GALVAO JUNIOR, L. da C.; SILVA, J. Luís G. da; OLIVEIRA, E. A. A. Q. Produção bovina e desmatamento: análise da distribuição espacial da atividade pecuária no estado de Rondônia. *Informe GEPEC*, v. 23, p. 112-126, 2019.

NETO, A. M.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (ed.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. IPEA, 2017. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29412](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412) Acesso em: 04 jun. 2020.

OLIVEIRA, N. M. de; CRESTANI, L. A. de; STRASSBURG, U. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. *Revista IDEAS*, v. 8, n. 2, p. 195-222, 2014.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, M. R. T. da. *A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio – TO: dinâmica da relação sociedade natureza estratégias reprodução social agroextrativista*. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79117> Acesso em: 25 jan. 2020.

SAQUET, M. A. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. *Informe GEPEC*, v. 23, p. 23-39, 2019.

SAQUET, M. A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. *Ateliê Geográfico*, v. 6, n. 2, p. 222-227, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/17571>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 19, n. 1, pp. 5-15, 23 nov. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/resgate.v19i21.8645701> Acesso em: 14 mar 2020.

SEFAZ. *Indicadores Socioeconômicos do Tocantins*. Disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/indicadores-socioeconomicos/> Acesso em: 12 jun. 2020.

SOUSA, M. L.; PACHECO, R. A. A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do Centro-Norte de Goiás. *Revista Geoaraguaia*, v. 3, n. 2, 2013.

SOARES, Z. A. B. *Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento Rural na Região do Bico do Papagaio Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento*. 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - UFRRJ - Seropédica, 2009. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/disserta%C3%A7%C3%A3o-e-tese/mestrado-agricultura-familiar-movimentos-sociais-e-desenvolvimento-rur> Acesso em: 24 jan. 2020.

## AUTORES

**Gilcifran Andrade Miranda** : Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU). E-mail: gilfortal@hotmail.com

**Moacir José dos Santos**: Doutor em História (UNESP) Professor da Universidade de Taubaté (UNITAU) e do Centro Universitário Módulo/Caraguatatuba. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

**Monica Franchi Carniello**: Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP). Professora da Universidade de Taubaté (UNITAU) e da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba (FATEC-SP). E-mail: monicafcarniello@gmail.com

Recebido em 2/03/2023.  
Aceito em 30/06/2023.